

Alves

Beta

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COU BCD38

Alves  
Cláudio

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Geociências  
Mestrado em Administração e Política de  
Recursos Minerais  
Proposta de Tese

Orientação: Profs. Bernardino Figueiredo  
e Robin Wright

A GARIMPAGEM DESENVOLVIDA PELOS ÍNDIOS  
DO NORTE DO BRASIL. ESTUDO DE CASOS:  
OS YANOAMA E OS MAKUXI

ANANELIA MARQUES ALVES

Campinas, setembro 1985

## I - OBJETIVOS

O trabalho ora proposto tem como objetivo principal o estudo das atividades de garimpagem desenvolvida pelos índios Yanoama da região do rio Ericô, afluente do rio Urariçã e Makuxi, na região do rio Maú, ambas localidades situadas no norte do Território Federal de Roraima.

Propõe-se também, através de pesquisa bibliográfica, efetuar um levantamento do potencial dos recursos minerais existentes nas terras habitadas pelos dois grupos indígenas visando uma abordagem desses recursos no contexto nacional, no que se refere a localização, reservas e produção.

Pretende-se com este trabalho levantar elementos para efetuar um estudo comparativo da atividade de garimpagem desenvolvida pelos índios com a desenvolvida pelos brancos, focalizando o seu impacto no meio ambiente e as mudanças sociais e econômicas.

Por fim, espera-se que com a consecução dos objetivos propostos se possa fornecer elementos para subsidiar a discussão atual sobre a questão da mineração em áreas indígenas no Brasil.

## II - JUSTIFICATIVAS

A abordagem dos aspectos de constituição do Estado aos quais se relaciona a questão indígena, segundo Durham 1983, é fundamental para uma solução satisfatória do problema da inserção do índio na sociedade nacional.

Os Estados modernos, segundo aquela autora, se constituíram sobre uma diversidade étnica preexistente, num processo de unificação territorial marcado pela força. A comunidade nacional foi criada posteriormente pela opressão. A cultura comum foi imposta pela repressão às manifestações étnicas minoritárias e a tradição coletiva foi gerada na história da dominação de um povo sobre outro.

Sob esta ótica em que o Estado Brasileiro teria se constituído, a inserção da população indígena foi e continua sendo inevitável e contraditória. A ação do Serviço de Prote

ção aos Índios - SPI, criado em 1911, pressupunha um ponto final para os indígenas, como afirma Paoli 1983, que seria sua integração na "sociedade nacional". Quando o SPI procurava respeitar o índio, procurava também "melhorá-lo" para enfrentar sua autodissolução. O fundamento desta ação era constituído pelas idéias positivistas de uma "evolução espontânea" em direção às técnicas e modos de vida "superiores" da sociedade ocidental, consideradas superiores também no sentido de possuírem uma lógica inexorável de imposição. Tratava-se apenas de respeitar o "estágio social" da evolução das sociedades indígenas em direção ao progresso, sustando sua dizimação abrupta.

A sociedade nacional, nos dias de hoje, continua a aparecer como um todo homogêneo, seguindo também uma lógica inexorável - desta vez a do avanço do capitalismo.

A contradição está, segundo Durham 1983, entre interesses econômicos efetivamente representados pelo Estado e os direitos formais das comunidades indígenas, que diz respeitar, ao mesmo tempo que tolera o seu desrespeito sistemático.

A situação dos índios brasileiros, em particular os da Amazônia, agravou-se com a política de desenvolvimento estabelecida pelo governo a partir de 1964. Para a Amazônia foi adotada uma política intensa de estímulos fiscais e creditícios com o objetivo de atrair investimentos nacionais e estrangeiros para efetuar o desenvolvimento da região. Dentre os projetos prioritários figurava o sistema de rodovias, das quais se destacava a Transamazônica, que cortou uma das áreas mais densamente povoadas por índios no Brasil. Incluía-se também um vasto plano de colonização das terras marginais dessas entradas, visando desafogar áreas super povoadas, notadamente no Nordeste.

O setor mineral não foi esquecido, os projetos de prospecção mineral desenvolvidos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, patrocinados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, somados aos estudos efetuados pelo Projeto RADAMBRASIL e aos incentivos fiscais e financeiros concedidos às empresas que se estabelecessem na

Amazônia, ensejaram a instalação de grandes projetos minerais na região.

Apesar do reconhecimento, no artigo 198 da Constituição Brasileira, do direito dos índios ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas suas terras, os índios tem o seu território sob constante ameaça.

O Decreto nº 88.985 de 10/11/1983 reflete explicitamente esta ameaça ao permitir, em casos excepcionais, a entrada de empresas privadas nacionais para explorar e aproveitar os recursos minerais por ventura existentes em terras indígenas. Este decreto, no entanto, não foi regulamentado em virtude do questionamento de várias entidades com relação ao impacto das atividades de mineração nas comunidades indígenas. Esta indefinição persiste nos dias atuais. Apesar de não ter sido regulamentado, o decreto não foi revogado, criando expectativas nas empresas privadas de mineração com relação à sua entrada em terras indígenas.

A garimpagem, por vezes patrocinada por pequenos e médio empresários, considerada ilegal pelo Estatuto do Índio, se efetiva intensamente em regiões habitadas por índios na Amazônia. Em alguns casos de invasão, como em Uaupês, no alto rio Negro, os índios afirmam que estão muito próximos de uma luta armada para defenderem suas terras.

Alguns índios, por outro lado, estão garimpando em suas terras como os Tukano, no alto rio Negro, no Amazonas, os Makuxi e os Yanoama no Território Federal de Roraima e os Waiãpi no Território Federal do Amapá.

Em Roraima, onde a maioria de sua população é constituída de índios e seus descendentes, a sobrevivência dos índios está sob uma grande ameaça pois acredita-se que o desenvolvimento do Território e o bem estar de sua população se dará exclusivamente às custas do aproveitamento dos recursos minerais, localizados em áreas indígenas.

Esta questão do aproveitamento dos bens minerais existentes em áreas indígenas tem, atualmente, mobilizado políticos, técnicos e empresários do setor mineral, antropólogos e diversas associações a ela ligadas direta ou indireta-

mente que discutem a conveniência ou não da mineração em áreas indígenas. Os estudos referentes aos indígenas são inúmeros mas o enfoque associado a questão da mineração em suas terras tem sido genérico.

A seleção dos Yanoama e Makuxi como objeto desta proposta de trabalho se deve a inúmeros fatores, entre os quais, primeiramente porque estes índios estão desenvolvendo trabalhos de garimpagem. Com relação aos Yanoama foi considerado o fato de representarem a maior população das Américas com o menor grau de interferência pela sociedade nacional envolvente. Parte considerável da população já vem sofrendo danos causados pelos efeitos do contato direto com os regionais, causando consideráveis perdas demográficas. A área Yanoama é potencialmente rica em cassiterita, ouro e diamante, sendo constante as invasões de garimpeiros em vários pontos de seu território. Existe um movimento organizado, liderado pela Associação dos Garimpeiros de Roraima que tenta à revelia das autoridades locais, ocupar a Serra de Surucucus, onde vivem cerca de 4000 Yanoama, praticamente sem contato com os brancos, na tentativa de se abrir a área à garimpagem.

A indefinição do Estado perante esta situação tem estimulado as invasões colocando em atrito índios e brancos, estudiosos e políticos, etc.

Com relação aos Makuxi, em contato com a civilização desde o século XVII, supõe-se que suas atividades de garimpagem se desenvolvam de uma forma mais próxima a dos civilizados, constituindo talvez numa atividade que conserve alguns traços da cultura indígena e outros incorporados das populações envolventes.

Outro fator decisivo na seleção dos Makuxi foi a sua relativa proximidade com os Yanoama facilitando, assim, a realização do trabalho no exíguo tempo previsto e a limitação dos recursos financeiros.

Entre outros fatores que justificam a realização do trabalho ora proposto inclui-se o seu ineditismo nos termos em que é proposto, a conveniência de sua execução, face a necessidade do Estado de se posicionar com relação a questão, embasado em estudos específicos.

### III - CARACTERIZAÇÃO DOS YANOAMA E MAKUXI

Os índios Yanoama ocupam tradicionalmente uma área de fronteira entre o Brasil e a Venezuela. São um dos últimos maiores grupos que ainda preservam seu modo original de vida.

A população Yanoama no Brasil vive dispersa em um número mínimo de 149 malocas conhecidas, localizadas nas porções oeste de Roraima e noroeste do estado do Amazonas. Esta área está contida em um polígono que tem como limites ao sul o paralelo 00°20'S. ao norte o paralelo 5°00'N, a oeste o meridiano 66°30'W e a leste o meridiano 61°15'W numa extensão contínua de 9.419.108 hectares (Figura 1).

Esta área é habitada por cerca de 9000 indígenas da família linguística Yanoama, que, somados aos que vivem em território venezuelano atingem 20.000 habitantes.

A área em apreço é reconhecida historicamente como de ocupação contínua dos índios Yanoama desde tempos remotos. Comprovam-na a própria tradição oral dos índios e relatos de diversos exploradores e membros de expedições científicas que percorreram a região a partir da segunda metade do século XVIII.

Embora não exista entre os Yanoama o conceito de propriedade, do modo que esta é conhecida no mundo ocidental, o consenso geral é de que cada aldeia tem direito a explorar os recursos de um dado território, no qual os seus habitantes praticam a agricultura, a caça, a pesca e a coleta.

Os Yanoama utilizam, ao redor da casa, uma área média de 900 m<sup>2</sup> por pessoa, para abrir roças, onde cultivam mandioca, macaxeira, cará, batata doce, banana, cana de açúcar, mamão, fumo e vários tipos de plantas utilizadas na produção de artefatos, ornamentos e substâncias de valor mágico-religioso. Além disso, uma área concêntrica, consideravelmente mais extensa, cujo raio é de aproximadamente 15 Km, a partir da casa é usada para obtenção de recursos de distribuição esparsa e/ou aleatória mas igualmente indispensável à dieta e vida material dos Yanoama, como caça, pesca e coleta. A coleta, embora represente apenas 20% dos produtos alimentícios,

é uma fonte imprescindível de proteínas vegetais que equilibram a deficiência protéica dos produtos da roça (tubérculos e bananas) e a irregularidade da caça e pesca. A floresta fornece, ainda, a maior parte das matérias primas usadas na produção de artefatos (fibras, cascas, madeiras, resinas, folhas, etc).

Para manter as relações econômicas e sociais intercomunitárias, fundamentais a seu modo de vida, os Yanoama percorrem distâncias que atingem cerca de 150 Km. Os espaços entre aldeias, atravessados constantemente por seus habitantes representam uma resposta dos Yanoama às demandas que lhes são impostas por um meio ambiente pobre em solos cultiváveis e de frágeis recursos faunísticos, cuja renovação depende de um esvaziamento periódico das áreas utilizadas.

Até 1973, os contatos entre Yanoama e a sociedade envolvente foram esporádicos: expedições científicas, comissão de limites, missionários, membros da Força Aérea Brasileira - FAB e coletores de batata e seringa. Os contatos foram intensificados, em 1974, com a construção da rodovia Perimetral Norte. Esta rodovia cortou o território Yanoama em sua parte sudeste colocando em contato com os índios, os inúmeros trabalhadores contratados, sem nenhum controle de saúde, trazendo a primeira ocorrência de gripe e sarampo que foi letal para alguns Yanoama.

Os garimpeiros estabeleceram-se em 1975 para extrair cassiterita na Serra de Surucucus, justamente onde se concentrava o maior número de índios, produzindo a mesma situação que existiu na Perimetral Norte. Em 1976, o Governo Federal ordenou o fechamento deste garimpo e a evacuação dos garimpeiros da região.

Os projetos de colonização em Roraima, cuja demarcação vem sendo feita desde 1978, representam uma grande violação aos direitos dos Yanoama que tem partes de seu território incluído nos mesmos.

Por outro lado estes índios, especialmente nas regiões dos rios Uraricaã, Uraricoera e Apiaú em Roraima e Maturacá no Amazonas aprenderam técnicas de garimpagem e as absorveram como mais um meio de gerar recursos para obter os

produtos manufaturados que necessitam. Esta atividade absorvida foi submetida a uma "culturalização", sendo praticada como o são todas as demais atividades de produção indígena.

O outro grupo indígena, constituído pelos Makuxi, selecionado como objeto desta proposta, por outro lado, vem mantendo contato com a sociedade civilizada desde o século XVII, conforme menciona Diniz 1972, quando o colonizador deu início a ocupação da região. Habitam atualmente porções nordeste de Roraima e região sudoeste da Guiana (Figura 2). São cerca de 18000 indivíduos em contato permanente com a sociedade envolvente brasileira e guianense.

O número de malocas existentes em Roraima é de 96 com uma população de aproximadamente 11500 indivíduos. Na Guiana parece haver entre 30 e 40 malocas Makuxi.

Os Makuxi vivem atualmente em aldeias formadas de casas unifamiliares localizadas, geralmente, perto de rios. Não existem, pelo menos no Brasil, malocas deste povo no meio da mata.

A agricultura de subsistência tem sido a principal atividade dos índios Makuxi. Os bens manufaturados são obtidos através da venda de porções relativas a sua subsistência pois não produzem um excedente.

A garimpagem de diamantes desenvolvida pelos Makuxi é reportada por Diniz 1972. Com relação a esta atividade este autor dedica pouco espaço em sua pesquisa, que foi realizada entre 1964 e 1967. Com exceção de casos isolados, os Makuxi tem conseguido pouco êxito com esta atividade, sendo raro encontrar um que não tenha passado, pelo menos uma temporada como garimpeiro. Alguns trabalhando como empregados, conseguiam acumular algum dinheiro que era empregado quase sempre na compra de gado, outros com sua produção apenas conseguiam pagar suas dívidas com comerciantes dos povoados próximos, e outros, eram vítimas de "marreteiros", ambulantes que ocasionalmente visitavam as aldeias e adquiriam as pedras a preços mais baixos que os preços correntes.

Ramos & Lazzarin 1984, nos fornecem algumas referências atuais à respeito das atividades de garimpagem dos índios Makuxi. Afirmam que até 1977 os "Makuxi da serra" se sub



metiam, em seu próprio território, ao controle de pessoas estranhas a comunidade indígena. Esta situação inverteu-se quando os índios criaram cantinas para o fornecimento de mercadorias e passaram a fazer diretamente a comercialização do ouro e diamante em Boa Vista, capital de Roraima. As cantinas, que funcionam nos moldes de uma cooperativa, têm sido responsáveis pelo sucesso da exploração dos garimpos do alto rio Maú, do alto rio Catingo e alto rio Quinô, três regiões da serra próximas à fronteira com a Venezuela.

Não se dispõe de informação sobre o percentual da participação das comunidades indígenas na produção de diamantes e ouro na Amazônia. Breno 1981, afirma que a principal produção de diamantes da região é proveniente dos garimpos de Roraima localizados no extremo norte do seu território.

#### IV - POTENCIAL MINERAL DAS ÁREAS OCUPADAS PELOS YANOAMA E MAKUXI

O levantamento geológico executado em 1975, pelo Projeto RADAMBRASIL no Território Federal de Roraima teve como limites o meridiano de 60°00'W, até 02°00'N, e daí para leste, atingindo a fronteira do país, que passa a acompanhar na extrema com a Guiana e a Venezuela, até o meridiano de 66°00'W, daí vindo para sul até o Equador (Figura 3). A área Yanoama e Makuxi está quase integralmente contida neste levantamento.

Os trabalhos executados foram realizados através da interpretação de imagens de radar e controle por verificações de campo. Os mapas geológico, geomorfológico, fitoecológico, etc., foram executados na escala 1:1000.000.

A maior parte do território ocupado pelos Yanoama e Makuxi é constituída de rochas pertencentes ao Complexo Guianense correspondendo a unidade mais antiga da área. Essa unidade é constituída principalmente de granulitos, gnaisses, migmatitos, anfibolitos e granito de anatexia, metassomáticos, dioritos, gabros e ultramafitos.

A formação Surumu, o grupo Roraima, o Granito Surucucu e as coberturas sedimentares de idade terciária a qua-

ternária são as outras unidades com expressão na área.

A Formação Surumu, pertencente ao Grupo Uatumã, de idade Pré-Cambriana média, é constituída de efusivas ácidas e intermediárias, com piroclásticos associados. A maior espessura é das vulcânicas dacíticas e riódacíticas em virtude da denudação à que foram submetidas as vulcânicas ácidas, e os riorólitos. Espacialmente associados a estas vulcânicas, encontram-se os corpos intrusivos circulares subvulcânicos, de composição quartzo-diorítica a granítica que, juntamente com as vulcânicas formam uma província comagmática.

O Grupo Roraima, também de idade Pré-Cambriana média, é representado por uma sequência de psamitos, psafitos e pelitos com camadas de cherts associados, o grau de diógenese é extremamente alto. Os sedimentos basais mal selecionados são constituídos de conglomerados, arenitos e arcósios. A parte superior do grupo é constituída por mesas de arenitos e arcósios.

O Granito Surucucu, de idade Pré-Cambriana Superior ocorre no extremo noroeste de Roraima. A unidade é constituída de corpos intrusivos, subvulcânicos, anorogênicos, enquadráveis quase sempre entre os biotita-ortoclásio granitos, aparecendo subordinadamente quartzo sienitos e quartzo microsienitos.

A cobertura sedimentar terciária e pleistocênica constituída de arenitos, argilitos e siltitos pouco consolidados ocorre na parte sul do Território de Roraima.

A Formação Boa Vista, de idade pleistocênica, ocorre na parte nordeste de Roraima e é constituída por sedimentos inconsolidados, arenosos, com cimento argiloso e intercalações de níveis conglomeráticos. Com respeito aos recursos minerais da região, os autores citam, em linhas gerais, as ocorrências de diamante, ouro, ágata, columbita-tantalita, ilmenita, manganês, ferro, lateritos aluminosos e níquelíferos, sulfetos de molibdênio, cobre e níquel, barita, calcário e diatomito.

Com relação a cassiterita e minerais radioativos os autores do projeto recomendaram o estudo das intrusivas de Surucucu para a pesquisa de cassiterita e sugeriram que o

→ Grupo Roraima possa ser um metalotecto atrativo na prospecção <sup>de</sup> a minerais radioativos.

Breno 1981, registra que a área de Surucucu que está sob o controle da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, para efeito de pesquisa mineral, foi objeto de pesquisa preliminar realizada em 1978-79, sendo confirmada a elevada concentração de cassiterita nos aluviões das drenagens da serra, bem como o seu alto teor em estanho contido. Julga este autor que é bem provável que na região de Surucucu exista uma importante província estanífera que deve estender-se pela Venezuela, nas cabeceiras do Oreneco.

Apesar da potencialidade da área, o Grupo CVRD não prosseguiu os trabalhos de pesquisa por considerar que a implantação <sup>de projeto de aproveitamento</sup> de bens minerais ali existentes seria prejudicial às comunidades indígenas locais.

Silva & Maron 1984, citam ocorrências de ouro em vários locais no Território de Roraima situados em terras ocupadas por Yanoama e Makuxi.

A principal produção de diamantes da Amazônia é proveniente dos garimpos de Roraima segundo Breno 1981.

O levantamento do potencial mineral dos territórios indígenas visa a realização de uma análise desses bens, envolvendo localização, reservas e produção, no contexto nacional. Este levantamento deverá fornecer subsídios para debate da questão, assegurada por algumas autoridades e empresários <sup>e técnicos</sup> do setor, de que os bens minerais existentes nestas terras são necessários ao desenvolvimento do país.

Para a execução deste ítem dispõe-se de uma listagem bibliográfica composta de 15 documentos, dos quais, a maioria se encontra na sede do 8º Distrito do DNPM, em Manaus e no arquivo técnico desse órgão em Brasília.

#### V - ETAPAS DE TRABALHO

Este trabalho será dividido em quatro partes, a primeira inclui quatro itens que englobam a Introdução, A Expansão das Atividades Econômicas da Amazônia nos Últimos Anos, a Caracterização dos Índios Yanoama e Makuxi e a Poten

cialidade Mineral das Áreas ocupadas pelos mesmos. Esta parte será executada através de consulta bibliográfica.

A segunda parte, que engloba As Atividades de Garimpagem dos Yanoama e Makuxi constitui o objeto principal da pesquisa e será realizada "in loco", junto às comunidades indígenas. Esta deverá ser executada através da observação direta, da pesquisa em documentos e entrevistas com lideranças indígenas locais, membros locais da igreja, funcionários da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, estudiosos que trabalharam e/ou trabalham na região e outros que, porventura venham a se julgar conveniente.

A terceira parte intitulada, Análise Comparativa das Atividades de Garimpagem de Índios Yanoama, Makuxi e Brancos, como o próprio título sugere, abordará uma análise das atividades de cada um dos grupos estudados versus as atividades de brancos, com base nos dados coletados em campo para os índios e em dados bibliográficos para os brancos.

A quarta parte do trabalho engloba as Discussões e Conclusões, finalizando-se assim a pesquisa.

Em virtude da escassez de dados referentes aos Makuxi, no que se refere a atividade de garimpagem, torna-se necessário uma visita aos mesmos antes da eleição definitiva da comunidade Makuxi a ser estudada. Esta visita preliminar à região visaria também a execução do levantamento das condições de acesso às localidades, no que se refere ao tipo de transporte, aéreo ou terrestre, a necessidade de contratação ou não de um acompanhante com entrosamento entre os índios, etc.

## VI - RECURSOS FINANCEIROS

### Despesas de Custeio

1. Deslocamento São Paulo/Boa Vista/São Paulo - 2 deslocamentos.
2. Transporte terrestre Boa Vista/Makuxi/Boa Vista - 2 deslocamentos.
3. Transporte aéreo Boa Vista/Yanoama/Boa Vista - 1 deslocamento.

4. Pagamento de serviços

Honorários para guia - 60 dias.

5. Diárias - 60 dias

6. Outras despesas

Presentes para os índios (calções, facões, anzóis, miçangas, etc.).

## ANEXO I

## SUMÁRIO

## Primeira Parte

## I. INTRODUÇÃO

## II. A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA AMAZÔNIA NOS ÚLTIMOS ANOS

Neste ítem será feita uma abordagem da expansão das atividades econômicas na Amazônia enfatizando a mineração e o garimpo na última década, suas implicações na política indígena brasileira e suas conseqüências nas comunidades indígenas. Será apresentado um panorama do Território Federal de Roraima incluindo suas características físicas, economia, os garimpos, etc.

## III. OS ÍNDIOS YANOAMA E MAKUXI

Neste ítem pretende-se fazer uma caracterização desses índios abordando-se, entre outros aspectos, sua localização, população e organização social e econômica.

## IV. POTENCIALIDADE MINERAL DAS ÁREAS OCUPADAS PELOS YANOAMA E MAKUXI

Será feito um inventário dos recursos minerais descobertos e os com possibilidade de existência em face do ambiente geológico, baseado nos trabalhos executados em Roraima, pelo Projeto RADAM e CPRM. De posse destes dados proceder-se-á uma análise (da situação nacional) desses bens minerais <sup>no contexto nacional</sup> envolvendo sua localização, reservas e estágio da atividade extrativa.

## Segunda Parte

### V. AS ATIVIDADES DE GARIMPAGEM DOS YANOAMA E MAKUXI

Este ítem contém a parte principal do trabalho e será realizado "in loco" junto às comunidades indígenas selecionadas. Pretende-se abordar todos os aspectos que giram em torno dessa atividade, incluindo-se as peculiaridades que os indígenas lhe conferem, os equipamentos utilizados, a produção e a comercialização dos bens minerais extraídos.

## Terceira Parte

### VI. ANÁLISE COMPARATIVA DAS ATIVIDADES DE GARIMPAGEM DE ÍNDIOS YANOAMA E MAKUXI E BRANCOS

Neste ítem será abordado as atividades de garimpagem executadas pelos brancos com o propósito de se detectar nesta e na outra executada pelos índios, o impacto dessas atividades no homem e no meio ambiente.

### VII. DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

3  
Figura - X





Figura - 2

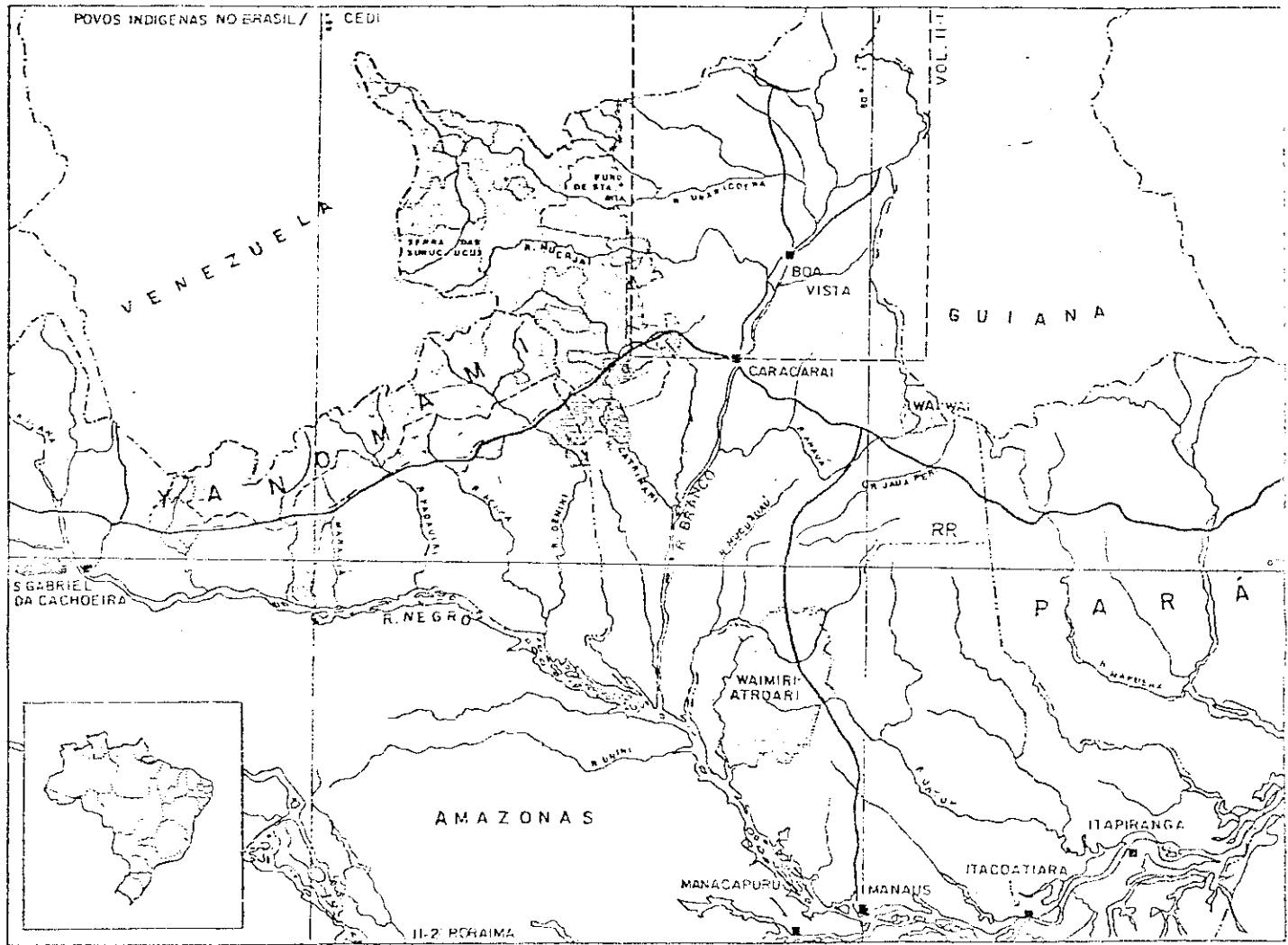
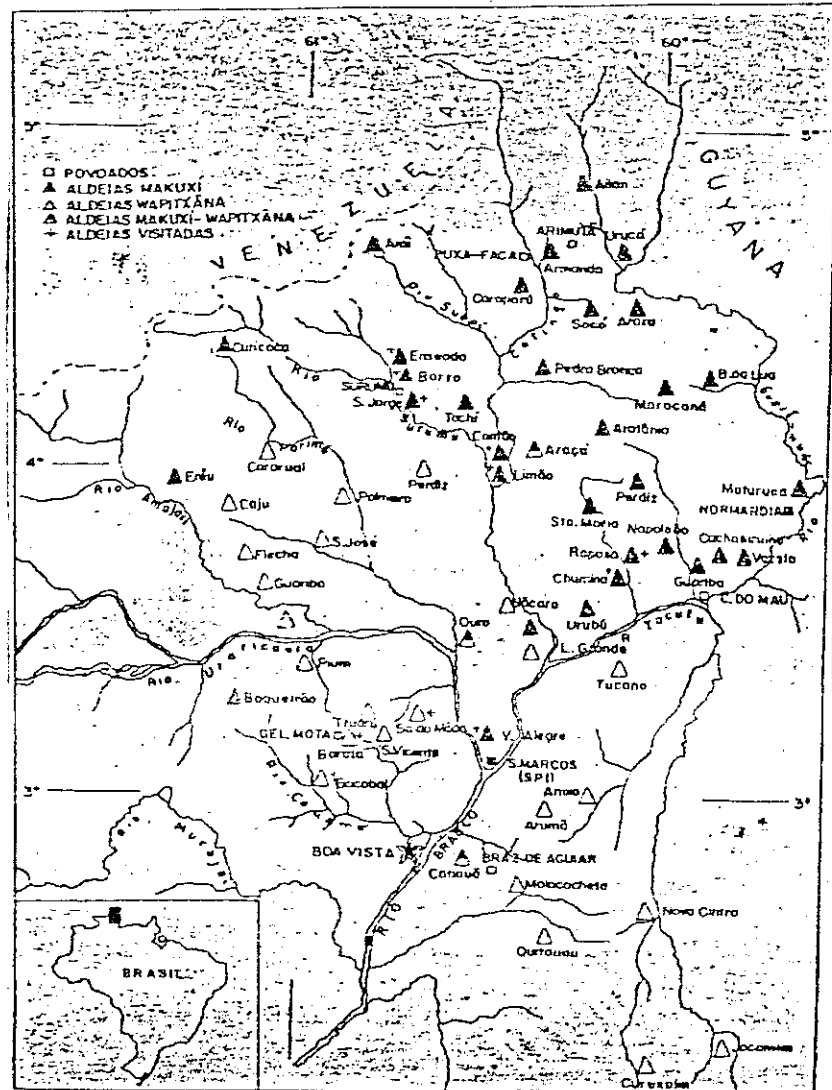


Figura - 2



Localização dos índios makuxi e Wapitxãna no Território Federal de Roraima, Brasil  
(Corrige, em parte, mapas publicados anteriormente; cf. Diniz, 1965 e 1966).

ANEXO II

CRONOGRAMA DE TRABALHO

MESES	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Elaboração de Plano de Pesquisa	XXXXXX										
Pesquisa Bibliográfica	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX										
Preparação para trabalhos de campo					XXXXX						
Trabalhos de campo						XXXXXXXXXXXX					
Redação e datilografia da tese								XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

## ANEXO III

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 88.985, de 10 de novembro de 1983. Regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei nº 6.001, de 19/12/73.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. DPI Terra Indígena Yanomani. Documentos, 1984.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional da Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Folha NA.20 Boa Vista e parte das folhas NA.21, Tumucumaque, NB.20 Roraima e NB.21, geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1975. 428 (Levantamento de Recursos Naturais, 8).

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Constituição da República Federativa do Brasil: Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/72 a 24/83. 9 ed. Brasília, 1984. 400 p.

CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977. 205 p.

DAVIS, Shelton H. Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil. Victims of the Miracle. Development and the Indians of Brazil. Trad. Jorge Alexandre Faire Pontual. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 207 p.

- DINIZ, Edson Soares. Os Índios Makuxi do Roraima. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972 (Coleção Teses nº 9).
- DURHAM, Eunice Ribeiro. O lugar do Índio. In: Comissão Pró-Índio. O Índio e a Cidadania. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 12.
- PAOLI, Maria Célia P. Machado. O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os Índios. In: Comissão Pró-Índio. O Índio e a Cidadania. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 21.
- RAMOS, Alcida Rita & LAZARIN, Marco Antonio. Assembléia de Tuxáuas do Lavrado. In: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Povos Indígenas no Brasil/1984. São Paulo, Sagarana, 1984. p. 80.
- RAMOS, Alcida R.; TAYLOR, Keneth I. & THE COMMITTEE for the Creation of the Yanomani Park. Copenhagen, ARC/SI/IWGIA, 1979 (IWGIA document 37).
- SANTOS, Breno Augusto dos. Amazônia, potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento. São Paulo, T.A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 256 p. (Biblioteca de Ciências Naturais, V.7).
- SENNA, Nilton Câmara. Amazônia Política e Estratégia de Ocupação e Desenvolvimento. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações em Brasília - 3/05/1973.  
The Anthropology Resource Center, The Yanomani Indian Park. 1981.

*Esta lista foi elaborada por...*